

Nota Editorial

O panorama geopolítico, econômico e sociopolítico de 2025 revelou uma inflexão estrutural profunda nas dinâmicas globais, regionais e nacionais, caracterizada pela erosão acelerada do multilateralismo, pela intensificação de conflitos assimétricos e pela reconfiguração das formas de governança no contexto do Antropoceno. Sob a liderança de Donald Trump, os Estados Unidos passaram a operar segundo um paradigma de nacionalismo econômico e soberania territorial rígida, cuja expressão mais contundente foi observada nas políticas migratórias e comerciais. As deportações em massa instauraram uma crise humanitária transnacional, alterando fluxos demográficos históricos e tensionando relações diplomáticas, particularmente com o Brasil, cujos cidadãos foram repatriados sob condições degradantes, simbolizando a instrumentalização do corpo migrante como ferramenta de dissuasão política. Tal prática evidenciou a ruptura com normas diplomáticas consolidadas e comprometeu acordos bilaterais, inserindo a migração no centro da disputa geopolítica hemisférica.

No campo econômico, a estratégia protecionista do “tarifaço” de Trump reconfigurou o comércio internacional ao atingir simultaneamente a China e parceiros estratégicos latino-americanos. Para o Brasil, os efeitos foram ambíguos: a perda de competitividade exportadora ocorreu paralelamente à necessidade de reorganizar cadeias produtivas e ampliar relações com o Sul Global. Esse movimento expôs a fragilidade das alianças tradicionais e consolidou um cenário de fragmentação geoeconômica, no qual a soberania nacional passou a prevalecer sobre projetos de integração de longo prazo. A ruptura entre Trump e Elon Musk, por sua vez, simbolizou o choque entre o poder estatal nacionalista e o tecnocapitalismo globalizado, revelando tensões inéditas entre a regulação governamental e a autonomia das infraestruturas digitais e espaciais controladas por grandes corporações tecnológicas, redefinindo as fronteiras do poder no século XXI.

A conjuntura internacional de 2025 foi marcada por uma transição abrupta para uma multipolaridade confrontacional, na qual o uso coercitivo do poder substituiu progressivamente os mecanismos diplomáticos tradicionais. No Oriente Médio, o conflito entre Israel e Irã atingiu um patamar crítico ao transitar de confrontos indiretos para ataques diretos a infraestruturas sensíveis, leia-se: nucleares, alterando a lógica da dissuasão regional e elevando o risco de uma conflagração de escala existencial. Na Faixa de Gaza, a retórica de reconstrução e prosperidade contrastou com a realidade de um cessar-fogo frágil, mantido sob vigilância militar constante, perpetuando a precariedade humanitária e a instabilidade territorial.

No Leste Europeu, a guerra na Ucrânia ingressou em uma fase de incerteza estratégica diante da reorientação da política externa norte-americana. O diálogo direto entre Rússia e EUA inaugurou uma diplomacia transacional de inspiração realista, na qual a soberania ucraniana e a coesão da OTAN passaram a ser condicionadas por negociações pragmáticas entre grandes potências. Essa abordagem, embora voltada à contenção do conflito, colocou em xeque a estabilidade das fronteiras europeias e a eficácia do direito internacional. Paralelamente, crises humanitárias persistentes em regiões como Sudão, Síria e Mianmar permaneceram à margem das prioridades globais, evidenciando uma seletividade estrutural do sistema internacional na gestão do sofrimento humano.

As relações comerciais globais sofreram um revés significativo com a não definição do acordo entre Mercosul e União Europeia, aguardado pelo Presidente Lula. O fracasso de décadas de negociação refletiu o predomínio do protecionismo, das salvaguardas ambientais como barreiras não tarifárias e da incapacidade de conciliar interesses agrícolas europeus com as demandas de desenvolvimento industrial latino-americanas. Esse impasse consolidou uma tendência de retração do comércio internacional em direção a arranjos menores e mais flexíveis, marcando 2025 como um ponto de inflexão na crise de legitimidade da globalização institucionalizada.

Na América Latina, o ano foi marcado por intensa instabilidade política e reconfiguração das forças institucionais. Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro enfrentou pressões militares inéditas por parte dos Estados Unidos, com mobilização naval e retórica intervencionista que levaram à militarização de setores civis e à preparação para um conflito assimétrico. Essa dinâmica agravou a crise humanitária e reposicionou a região como espaço de disputa direta entre soberania nacional e estratégias de contenção norte-americanas. No Cone Sul, a Argentina viveu o paradoxo das democracias liberais contemporâneas, nas quais a legitimidade eleitoral do governo de Javier Milei coexistiu com intensos protestos sociais contra políticas de austeridade, evidenciando a disputa permanente entre governabilidade formal e justiça social.

No Brasil, 2025 representou o ápice do estresse institucional decorrente das investigações sobre ataques à ordem democrática. A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro marcou um precedente jurídico relevante, a prisão de militares golpistas que atentam contra o Estado, mas também catalisou uma nova onda de polarização política. A tentativa do Legislativo de avançar com a chamada PEC da Blindagem desencadeou ampla mobilização popular, demonstrando a capacidade da sociedade civil de atuar como contrapeso institucional e reafirmando que a estabilidade democrática brasileira resultou de um processo contínuo de defesa das instituições republicanas.

O ano também consolidou a interseção crítica entre emergência climática e saúde pública. A confirmação de 2025 como o ano mais quente da história documentada acelerou vulnerabilidades sistêmicas e redefiniu prioridades biopolíticas. A realização da COP30 em Belém simbolizou o esforço de centralizar a Amazônia na governança climática global, mas ocorreu sob a pressão de eventos extremos que evidenciaram a defasagem entre metas diplomáticas e resiliência infraestrutural. No território brasileiro, fenômenos severos, como sistemas de ventos extremos no Paraná, como o tornado em Rio Bonito do Iguaçu (PR) que atingiu 418km/h e o colapso energético em São Paulo com localidades desassistidas pela empresa de energia terceirizada por mais de 7 dias, expuseram a obsolescência das infraestruturas urbanas frente à nova dinâmica climática, ampliando riscos sociais, econômicos e sanitários. Em contraste, o país novamente alcançou um avanço social significativo ao sair do Mapa da Fome da ONU, resultado de políticas eficazes de transferência de renda e segurança alimentar, demonstrando a possibilidade de mitigação das vulnerabilidades sociais.

Na saúde coletiva, emergiram desafios associados à medicalização da sociedade e à fragilidade regulatória. Crises de intoxicação por metanol e o uso indiscriminado de medicamentos análogos do GLP-1, levando a "febre das canetas emagrecedoras", revelaram os riscos biológicos e psicossociais do consumo farmacológico orientado por padrões estéticos e pressões de mercado. Esses fenômenos evidenciaram que a saúde pública contemporânea é atravessada simultaneamente por determinantes culturais, exigindo abordagens integradas de regulação e prevenção.

A realidade sociopolítica brasileira foi ainda marcada por crises éticas e de integridade institucional. A revelação de esquemas de lavagem de dinheiro conectando o PCC ao mercado financeiro da Av. Faria Lima expôs a sofisticação da criminalidade organizada e sua capacidade de infiltração nos circuitos legítimos de circulação de capital. Paralelamente, a expansão descontrolada das plataformas de apostas online gerou uma crise de saúde pública e endividamento, culminando na CPI das Bets e evidenciando a vulnerabilidade das populações de baixa renda diante de mercados digitais desregulados. No campo educacional, o vazamento do ENEM reacendeu o debate sobre a centralização das avaliações nacionais e a segurança das infraestruturas tecnológicas. No ambiente digital, intervenções judiciais contra a adultização infantil sinalizaram uma inflexão ética, estabelecendo limites à monetização de vulnerabilidades infanto-juvenis.

Ainda em 2025, a morte do Papa Francisco representou um marco simbólico e geopolítico, encerrando um pontificado que atuou como mediador entre o Sul Global e o Ocidente e deixando um vácuo na diplomacia moral internacional. Na Europa, o avanço de forças nacionalistas, especialmente na Alemanha, evidenciou a

fragmentação das democracias liberais, enquanto a política externa francesa elevou tensões ao cogitar envolvimento direto no conflito ucraniano. Em outras regiões, episódios como a tentativa de condução eleitoral via plataformas digitais no Nepal e a reabertura controlada da Coreia do Norte ao turismo internacional ilustraram novas formas de soberania e pragmatismo geoeconômico. Este ano de 2025 consolidou-se como um ano de transição para uma ordem global mais agressiva, menos institucionalizada e marcada pela obsolescência dos modelos de governança do século XX, na qual a disputa por poder, legitimidade e controle territorial redefine continuamente as escalas da política e da vida social.

Os artigos que compõem este número dialogam de forma articulada com o cenário de instabilidade política, ambiental, econômica e epistemológica apresentado nesta nota editorial, evidenciando a centralidade da Geografia na leitura crítica das transformações contemporâneas. O artigo de Cruz e Azevedo examina os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a atuação das Prefeituras Comunitárias de Brasília, problematizando a suspensão da materialidade do espaço político e suas implicações para a participação democrática. O estudo demonstra que, apesar das restrições impostas ao encontro presencial, o associativismo comunitário não apenas resistiu, mas apresentou intensificação de atividades em relação ao período anterior à pandemia.

A gestão ambiental e o monitoramento territorial são abordados por Batista, Breunig e Spohr, que analisam o uso de imagens orbitais de alta resolução no acompanhamento de áreas de preservação permanente em uma microbacia hidrográfica no Rio Grande do Sul. O artigo dialoga diretamente com o debate sobre emergência climática ao demonstrar como as geotecnologias permitem identificar dinâmicas simultâneas de degradação e recuperação ambiental.

A contribuição de Cruz oferece uma leitura histórica da consolidação dos sistemas logísticos e dos prestadores de serviços logísticos no Brasil, desde o período colonial até o início da década de 1990. Ao evidenciar a sobreposição de fatores políticos, econômicos e geográficos na formação das infraestruturas de transporte, o artigo ilumina as bases territoriais que sustentam a inserção do país na economia global.

No campo da geomorfologia, Batista e Albuquerque analisam a morfogênese fluvial da microbacia Colônia Antônio Aleixo, identificando controles estruturais da rede de drenagem e elevada suscetibilidade a enchentes. O estudo reforça a importância do conhecimento geomorfológico para o planejamento territorial e a gestão de riscos.

A dimensão cultural e epistemológica do território é central no ensaio de Souza Junior, que analisa a obra do artista indígena Denilson Baniwa a partir das geografias criativas. Ao interpretar a Reantropofagia como



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em geografia – UFPR

Site: www.ser.ufpr/geografar e-mail: geografar@ufpr.br

Vol. 20 – nº 2 (julho a dezembro/2025) ISSN: 1981-089X

tecnologia espiritual e revolta do lugar, o artigo propõe uma ruptura com imaginários hegemônicos e insere os saberes indígenas no debate geográfico contemporâneo.

A gestão de áreas protegidas é problematizada por Mota, Parfitt e Bruhn, que avaliam criticamente o Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas. O estudo evidencia lacunas e desatualizações no planejamento da unidade de conservação, reforçando os limites entre compromissos ambientais formais e a efetividade das políticas públicas de preservação. O artigo de Nogueira, Floriani e Verissimo discute a territorialidade Guarani M'Byá na Terra Indígena Rio d'Areia como prática contra-hegemônica de gestão da Floresta Ombrófila Mista. Ao articular cultura, território e biodiversidade, o estudo evidencia alternativas indígenas aos modelos dominantes de gestão ambiental, em consonância com os debates sobre justiça socioambiental.

As transformações nos sistemas de transporte amazônicos são analisadas por Oliveira Neto, que investiga o eixo Manaus–Boa Vista e a emergência de modalidades híbridas mediadas por plataformas digitais. O estudo mostra como a concorrência e a inovação técnica reconfiguram os fluxos territoriais. Por fim, Santana e Souza analisam o Guia do Afroturismo no Brasil como instrumento de política pública e representação territorial, evidenciando disputas por memória, identidade e justiça espacial. O estudo aponta o afroturismo como prática educativa e emancipadora, capaz de contribuir para a construção de uma cartografia negra e para a redução de invisibilidades históricas.

Em conjunto, os artigos reafirmam o compromisso da Revista Geografar com a criticidade, pluralidade e situando-se socialmente, capaz de interpretar as múltiplas crises do presente e de contribuir para a construção de leituras territoriais comprometidas com a justiça social, ambiental e epistemológica.

Comitê Editorial

